

AJ06928

Invasores voltam ao Vale do Amanhecer

Foto de Evaristo Borges

As mais de 300 famílias que ocuparam os lotes da Sociedade Comunitária Habitacional de Vila Velha, no Vale do Amanhecer, em setembro do ano passado, e foram despejadas do local por força de mandado judicial em novembro, voltaram a ocupar o loteamento. Há aproximadamente um mês elas estão no local, onde casas de alvenaria e madeira são erguidas rapidamente. O objetivo é garantir a ocupação definitiva, mas a Prefeitura, segundo o presidente da sociedade — e também funcionário do órgão — Reginaldo de Almeida, já comunicou o fato à Justiça e aguarda um novo despejo.

Os ocupantes entendem que cumpriram a liminar de reintegração de posse concedida pelo juiz Delano Santos Câmara à Prefeitura de Vila Velha, quando no dia 27 de novembro desocuparam a área, acampando numa estrada anexa. Reginaldo de Almeida, contudo, diz que não houve cumprimento da medida, já que as famílias só ficaram fora da área por aproximadamente dez dias.

Temor

Dos dois lados há temores. Jorge Teixeira Bastos, Maria Graça Lima de Oliveira e Belmiro Liberato de Vasconcelos, que integram a comissão de negociação dos ocupantes, dizem que a decisão de retornar à área se deu, numa assembléia geral, depois que as fa-



As casas de alvenaria e de madeira são erguidas rapidamente no Vale

mílias constataram que a Prefeitura não cumpriu o prometido, em relação à complementação das obras. “A gente saiu e eles garantiram que a obra seria tocada. Não fizeram nada. Só uma cerca de arame a construtora colocou aqui”, disse Maria Graça.

Os ocupantes querem que a Prefeitura os reconheça como legítimos representantes do movimento de moradia de Vila Velha, assegurando-lhes a posse dos lotes. O projeto prevê 2.200 lotes urbanizados, mas até agora só foram executados, parcialmente, serviços de 308.

Reginaldo de Almeida admite que houve atraso no cronograma de obras e que a verba repassada, numa primeira etapa, de Cr\$ 7 milhões e 920 mil, foi insuficiente. Sua preocupação — que segundo ele é também da Prefeitura — diz respeito ao fato de a ocupação dos lotes inviabilizar a remessa de mais verbas pelo Governo federal. “A gente tem informação de que seriam repassados mais Cr\$ 100 milhões, embora para a conclusão de todos os trabalhos sejam necessários Cr\$ 350 milhões. Em dezembro, quando esteve visitando a área, o secretário da Habita-

ção não gostou do que viu”, argumentou ele, referindo-se à ocupação.

A Prefeitura, segundo Almeida, comunicou à Justiça a volta das famílias ao loteamento, e está aguardando uma decisão no sentido de retirá-las do local. “Com o pessoal lá dentro a continuidade da obra torna-se inviável”, disse ele, explicando que está sendo criada uma comissão de moradia, com representantes dos movimentos organizados do município. Essa comissão deverá discutir a aplicação da verba de Cr\$ 100 milhões que está sendo aguardada pela Prefeitura.

Enquanto isso, no loteamento os ocupantes dão continuidade à construção de suas moradias. Antem mesmo Ethelvina Antunes dos Santos, que paga um aluguel de Cr\$ 6 mil por dois cômodos, no bairro Cristóvão Colombo, esteve no local onde seu barraco só necessita do piso para ser ocupado. Os membros da comissão explicaram que vêm reivindicando da Escelsa e da Cesan a instalação de redes de luz e água no loteamento, já que muitas famílias têm se utilizado da água da chuva, estagnada em areais, para lavagem de roupa, por exemplo. “A gente ocupou porque precisa, e quer ter prioridade. Nos demais lotes a Prefeitura pode, então, fazer o cadastramento e garantir a moradia para quem ela julgar que necessita”, argumentaram.